

# Em busca do crescimento

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA



Ao vencermos mais uma etapa do nosso agora tão freqüente exercício democrático do voto, que esperamos, resulte em governos estaduais

mais sintonizados com o Executivo no combate à inflação e um Parlamento de melhor representação, também capaz de um firme apoio ao programa de estabilização, parece oportuno, ainda que de maneira resumida, listar as realidades políticas, sociais e econômicas que condicionam o nosso desenvolvimento.

## Realidades políticas:

a. O governo não vem tendo o apoio organizado e formal da maioria do Congresso Nacional. Em consequência, a negociação entre os dois poderes é fragmentada, dependente em cada momento de conjunturas particulares.

b. Prevalece ainda certo grau de populismo na política brasileira. Dessa forma, as decisões políticas, seja as do Legislativo, seja as do Executivo, nem sempre são racionais.

c. Inexistência, na política ou entre os políticos, de um consenso básico sobre diretrizes de política econômica — não havendo canais institucionais regulares para a relação entre a sociedade e o Estado, os partidos políticos (com honrosas exceções), por serem inconsistentes — meramente eleitoreiros —, não têm condições de desempenhar esse papel.

d. Escassez de espírito público dos agentes econômicos, com demandas ao Estado quase sempre exclusivistas. Por seu turno, o Estado antagoniza o setor privado, não dividindo com ele a responsabilidade das políticas a implementar.

e. Carência organizacional e ética do Estado, afetando a elaboração de políticas e sua execução.

— Na área organizacional, não contamos com recursos humanos plenamente qualificados, inexistindo processos modernos de elaboração e gestão de políticas, etc.;

— Sob o ponto de vista ético, o patrimonialismo da cultura política faz com que os ocupantes de cargos públicos usem freqüentemente esses cargos como patrimônio pessoal;

— Ausência de voto distrital isola o eleitor dos problemas mais próximos de sua comunidade, tornando discutível sua representação nos níveis estadual ou federal.

## Realidades sociais:

a. As agudas disparidades sociais de renda ocasionam:

— A dramaticidade do conflito distributivo, tornando os comportamentos irracionais e dramáticos;

— A dificuldade para estabelecer “pactos sociais”, pois em situação de grande desigualdade os pactos geralmente ocasionam perdas para uma das partes — e, como os perdedores não gostam de perder, rechaçam os acordos. Nível de representação também fragmentado;

— Fortes desequilíbrios regionais.

b. O sindicalismo politizado. Segamentos importantes do movimento trabalhista-sindical atuam em virtude de interesses políticos de seus líderes, e não das causas dos sindicalizados;

c. A excessiva concentração da população em grandes cidades, tornando dramática a demanda por serviços públicos — assistenciais e de infra-estrutura.

d. Em consequência do ponto anterior, da carência de recursos em mãos do Estado e da falta de estabelecimento

## A paciência na procura de resultados deve ser uma constante

de prioridades do que é realmente importante, temos deficiências crônicas em áreas essenciais, tais como saneamento, educação, saúde, transporte e habitação.

## Realidades econômicas:

a. Conseguido, apesar de termos de nos livrar da hiperinflação; porém a inflação se estabilizou (?) num patamar bastante elevado e perigoso, muito longe dos objetivos perseguidos pelo plano de estabilização.

b. Apesar da grande austeridade da política fiscal e monetária, os efeitos tardam a aparecer, trazendo um nível de grande impaciência e mesmo rispidez ao relacionamento entre as autoridades e os agentes econômicos, que pode gerar um processo de caça às bruxas e/ou a necessidade de um novo choque.

c. Consolida-se uma visão de grandes dificuldades no desempenho da economia, particularmente para o ano de 1991, agravado pelo aumento substancial do preço do petróleo e uma economia mundial recessiva. As margens de lucros das empresas vêm se estreitando rapidamente.

d. O aperto de liquidez gera grande intranquilidade entre os diferentes agentes econômicos, sejam eles bancos, varejistas, industriais ou agricultores. Vivemos um clima pesado de desconfianças recíprocas.

e. Não existindo um acordo sobre a renegociação de nossa dívida externa, temos nessa variável uma grande incógnita, de fundamental importância, pois vai afetar os cenários alternativos com que os agentes econômicos irão trabalhar. Além do mais, o clima de tensão com os banqueiros exteriores acaba repercutindo internamente, pelo seu nível de representação local, e afeta a atitude geral dos investidores estrangeiros em relação ao País.

f. O mercado de capitais não dispõe de recursos de médio/longo prazo que permitam às companhias voltar a investir, quer para ampliar seu parque industrial, quer para melhorar sua produtividade e torná-las, assim, mais competitivas, no momento em que a economia se abre e torna imperativo esse investimento.

g. Situações de temporário aperto financeiro têm de ser resolvidas apelando para o hot money, provocando um agravamento da situação e de difícil recuperação, pela inexistência de recursos de médio/longo prazo.

Tal listagem poderia ser ainda estendida, mas creio que os nossos futuros governantes e parlamentares têm uma visão realista dos desafios que temos a enfrentar. Caminhamos bastante nos últimos seis meses e, é forçoso reconhecer, temos um incrível contencioso de problemas por atacar, que vão requerer muita firmeza e determinação. A paciência na busca de resultados deve ser uma constante. Todos os países de nosso continente vivem, de alguma forma, problemas semelhantes e com enfoques diferenciados e buscam solucioná-los. Os que iniciaram o processo de rajuste há mais tempo estão, certamente, hoje, em posição melhor.

Portanto, temos um longo e difícil caminho pela frente, que vai requerer do poder Executivo e do novo Parlamento uma total integração na busca de objetivos que permitam ao Brasil voltar a crescer. Empresários e operários devem também estar totalmente conscientes de suas responsabilidades nesse processo.

□ Roberto Teixeira da Costa é presidente da Brasilpar Serviços Financeiros (BSF) e membro do conselho do Brazil Fund.